

Aglomeración Urbana de Franca

CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS
AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA
P10

SÃO PAULO
Janeiro/fevereiro de 2022



| Secretaria de
Desenvolvimento Regional

Sumário

PRINCIPAIS PONTOS PARA ENTENDER O PDUI-AUF E PARTICIPAR DOS DEBATES	3
A engenharia do PDUI-AUF	4
Objetivos do PDUI	5
O PDUI na AUF	5
Etapas de desenvolvimento do Plano	6
I. ORDENAMENTO TERRITORIAL – PROPOSTA PRELIMINAR DE MACROZONEAMENTO REGIONAL PARA A AUF	8
Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani	9
Macrozona de Interesse Urbano	9
Macrozona de Interesse Rural	10
Estratégia para ação regional	11
Áreas de interesse metropolitano	11
II. FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM – PROPOSTAS PRELIMINARES	12
Planejamento territorial e uso do solo – ordenamento territorial	13
Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos	14
Esgotamento sanitário	15
Recursos hídricos	15
Resíduos sólidos - Propostas	16
Drenagem - Propostas	17
Matriz Energética - Propostas	18
Desenvolvimento econômico e atendimento social	18
Transporte e sistema viário	21
Equipe técnica	24

Principais pontos para entender o PDUI-AUF e participar dos debates

Este produto (P10) é um caderno de insumos para estimular o debate durante o processo participativo, uma das etapas mais importantes da elaboração dos planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUIs). Mostra, em linhas gerais, tudo que foi feito até o momento no âmbito do projeto de construção do PDUI da Aglomeração Urbana de Franca (AUF), culminando com uma relação de propostas preliminares.

Com esses conteúdos em mãos, os participantes terão o embasamento necessário para acompanhar o debate nas audiências públicas e para fazer propostas presencialmente ou pela plataforma digital.

Primeiro, é importante saber o que é o PDUI. Exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), este plano vai virar lei estadual em breve e influenciará ações voltadas para a realidade regional. É uma abordagem nova do planejamento metropolitano e regional, em que Estado, municípios e os cidadãos compartilham decisões para o que for considerado problema comum a vários municípios.

As próximas páginas falam sobre os objetivos, desafios e resultados esperados do PDUI, detalham o processo de elaboração e trazem uma proposta preliminar de Macrozoneamento Regional (MZ Regional).

Aqui estão resumidos os produtos técnicos resultantes do esforço de trabalho da equipe multidisciplinar responsável pelo PDUI-AUF – que é uma iniciativa do Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) com apoio técnico e logístico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

São objetos centrais do PDUI-AUF o Macrozoneamento Regional, que contribui para orientar o ordenamento territorial da Unidade Regional, e a definição das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Neste caderno, está disponível uma versão de ordenamento territorial com conceitos, caracterização e diretrizes, acompanhada de representação cartográfica do mapa da proposta preliminar do MZ Regional, com indicação de estratégias de ação metropolitana e de áreas de interesse metropolitano.

Apresenta, também, um conjunto de propostas preliminares para as FPICs, que deverão ser aperfeiçoadas a partir da colaboração dos gestores públicos e da sociedade civil presentes nesta audiência pública.

Tudo que está disponibilizado nestas páginas pode ser pesquisado detalhadamente na plataforma digital do PDUI-AUF, no endereço <https://auf.pdui.sp.gov.br>, que também está aberta para receber propostas até sete dias após a realização das audiências públicas.

Cabe realçar o importante papel das contribuições dos gestores públicos e da sociedade civil por meio das propostas que serão recebidas nas plataformas digitais. É com elas que será construído um conjunto de propostas coerentes que podem até superar conflitos internos da região, fomentar as oportunidades e contornar as insuficiências de acesso a serviços públicos e infraestrutura – e, dessa forma, minimizar os desequilíbrios regionais. O período de elaboração do projeto é de 12 meses, de julho de 2021 a julho de 2022.

A engenharia do PDUI-AUF

A construção do PDUI é uma engenharia complexa. Envolve um processo de planejamento baseado em ampla organização e avaliação de dados, informações e contribuições de naturezas diversas – econômica, social, urbana, legal e ambiental. E requer um esforço coletivo para tudo funcionar bem, com a participação do Estado, dos municípios integrantes da Unidade Regional e da sociedade civil. Dessa maneira, o problema de um é visto como problema de todos.

Afinal, o PDUI é um instrumento de planejamento e gestão baseado na governança interfederativa, que significa o compartilhamento de responsabilidades e ações. É ele que estabelece as diretrizes e aponta os meios necessários para orientar ações governamentais e da iniciativa privada em regiões metropolitanas (RMs) e aglomerações urbanas (AUs), no que se refere às funções públicas de interesse comum.

É a principal referência do Conselho de Desenvolvimento Regional para orientar as prioridades de ação e investimento, bem como de destinação dos recursos orçamentários.

Por tudo isso, a construção do PDUI exige sólida articulação política e institucional. É fundamental promover o diálogo com os municípios e com a sociedade civil e formar consensos, dar transparência ao conhecimento gerado e adotar procedimentos que democratizem sua construção ao validar seus resultados em audiência pública.

No meio do caminho, há imensos desafios sem os quais o PDUI não se viabiliza:

- Contar com base de dados e informações sólidas e atuais.**
- Ter a participação ativa das prefeituras e da sociedade civil.**
- Compreender que o PDUI é um instrumento de política regional e não local.**
- Ter capacidade de formar consensos em torno de prioridades de ação metropolitana.**
- Reconhecer as restrições fiscais e financeiras para fazer frente às ações e planos decorrentes do PDUI.**

Para superar esses desafios, é preciso conhecer a realidade dos conflitos existentes na AUF, as oportunidades que oferece, bem como as dificuldades de acesso a serviços públicos e a infraestrutura, quando se deseja reduzir os desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, a construção do PDUI vem se desenvolvendo em torno de eixos temáticos, visando ao ordenamento territorial e ao equilíbrio regional das funções públicas de interesse comum.

O PDUI na AUF

O PDUI-AUF deve definir diferentes níveis de orientação para o ordenamento territorial de áreas urbanas e rurais. Saiba quais são:

- ❑ **Macrozoneamento regional** – São diretrizes gerais, oferecendo as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural.
- ❑ **Estratégias para ação metropolitana** – Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.
- ❑ **Áreas de interesse metropolitano** – Porções do território sujeitas a controles especiais, por meio de planos de intervenção.
- ❑ **Funções públicas de interesse comum** – Como o nome já diz, são aquelas que ultrapassam os domínios de um município. Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais.

Objetivos do PDUI

- ❑ **Estabelecer as diretrizes, projetos e ações** que sejam capazes de induzir e/ou estruturar o território, preparando a Unidade Regional para o adensamento de atividades e funções econômicas, equacionando, ao mesmo tempo, os passivos socioambientais, garantindo condições de desenvolvimento sustentável.
- ❑ **Construir consensos e compromissos** em torno das questões de interesse comum da Unidade Regional.
- ❑ **Propor projetos e ações** focadas no bem-estar da população, por meio da melhoria do ambiente urbano e da redução das desigualdades sociais e territoriais.

Etapas de desenvolvimento do Plano

Estudos analíticos

Na primeira fase, de setembro a novembro de 2021, foram produzidos o Ordenamento Territorial, o Panorama Regional e o Diagnóstico da AUF, abordagens que permitiram um retrato ou um Raio-X da região. A equipe técnica da Fipe trabalhou junto com técnicos das prefeituras, representações da sociedade civil e secretarias estaduais e chegou a uma versão preliminar de Macrozoneamento Regional e suas diretrizes.

Também foram definidas nessa etapa ações estratégicas e algumas propostas de área de interesse metropolitana, além de analisadas as Funções Públicas de Interesse Comum. Os produtos resultantes dos estudos analíticos estão na plataforma digital do PDUI-AUF: <https://auf.pdui.sp.gov.br> .

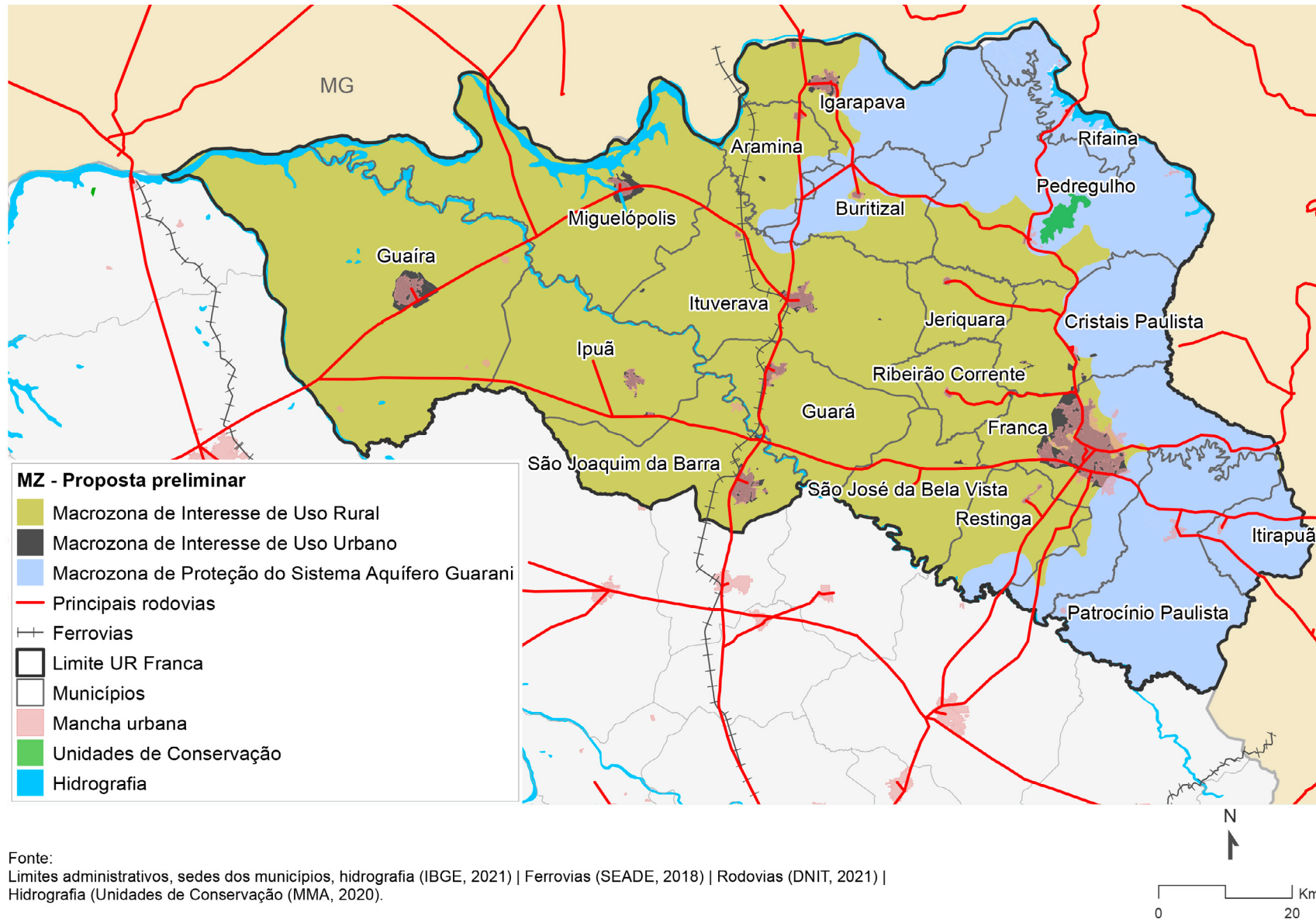
Relatórios descritivos

No segundo momento, foi iniciado o processo participativo, com a realização, em outubro, das oficinas regionais nas sub-regiões da aglomeração urbana. Seguiram-se reuniões dos Grupos Temáticos, que discutiram temas setoriais com órgãos estaduais. Depois, a plataforma digital do PDUI-AUF foi aberta para recebimento de propostas. O processo de consulta pública se consolidou com a realização de audiências públicas.

Documentos orientadores

O processo de construção do Plano é concluído com a montagem do caderno final de propostas, do mapa final do Macrozoneamento Regional e do caderno de sustentação que acompanha o projeto de lei, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Os documentos serão finalizados de maio a julho de 2022.

Aglomeración Urbana de Franca



Fonte:
 Limites administrativos, sedes dos municípios, hidrografia (IBGE, 2021) | Ferrovias (SEADE, 2018) | Rodovias (DNIT, 2021) |
 Hidrografia (Unidades de Conservação (MMA, 2020).



I. Ordenamento territorial –
Proposta preliminar
de Macrozoneamento
Regional para a AUF

Em uma primeira aproximação para análise do ordenamento territorial, foram definidas três macrozonas no território da AUF, conforme o Mapa 1.

Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

Conceito: área de ocupação urbana ou rural cujos usos são pautados por ações e diretrizes que evitem impactos nas regiões de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG).

Diretrizes:

- Garantia de disponibilidade hídrica.
- Prevenção dos processos de dinâmica superficial.
- Disciplinamento das atividades com potencial de contaminação do SAG.
- Desenho urbano sensível à água.
- Manutenção e preservação dos remanescentes de vegetação.
- Saneamento ambiental nas áreas urbanas.
- Saneamento ambiental nas áreas rurais.

Macrozona de Interesse Urbano

Conceito: áreas urbanas com variadas categorias de uso, diversos padrões de ocupação e distintas atividades.

Diretrizes:

- I. Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas.
- II. Estimular a ocupação dos vazios urbanos e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- III. Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos.
- IV. Minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenir o surgimento de novas situações de vulnerabilidade.
- V. Estimular a regulação da produção imobiliária, para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos.
- VI. Qualificar e complementar o sistema de mobilidade, com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres entre os municípios.
- VII. Compatibilizar usos e tipologias para o parcelamento e uso do solo urbano com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo.
- VIII. Promover a urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber.

- IX. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira consideradas de alta, muito alta e extremamente alta importância.
- X. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- XI. Priorizar o crescimento dos municípios nas áreas mais propícias à ocupação urbana, promovendo a distribuição e intensidade de usos do solo de forma equilibrada em relação à capacidade dos sistemas de infraestrutura e serviços locais.
- XII. Estimular a garantia da proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009, por meio do plantio de espécies arbóreas do Cerrado na arborização urbana.

Macrozona de Interesse Rural

Conceito: áreas destinadas, prioritariamente, para as atividades rurais que conciliem desenvolvimento econômico e qualidade ambiental, bem como o uso e o manejo racional do solo e das águas.

Diretrizes:

- I. Estimular o aumento de produtividade das atividades rurais, observando-se o uso racional dos recursos naturais e o adequado manejo dos solos e das águas.

- II. Proporcionar a oferta de infraestrutura adequada às atividades agropecuárias e ao escoamento de sua produção.
- III. Incentivar a diversificação, agregação de valor e integração às cadeias agroindustriais das propriedades, cooperativas e empresas agrícolas.
- IV. Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.
- V. Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, de modo a garantir o abastecimento regional e a oferta, a preços adequados, de produtos frescos.
- VI. Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas.
- VII. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira consideradas de alta, muito alta e extremamente alta importância.
- VIII. Garantir a proteção do bioma cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009.
- IX. Promover a conservação e recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água e regulação climática.
- X. Abrigar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana, atendendo as exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.
- XI. Garantir a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados.
- XII. Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários.

Estratégia para ação regional

As estratégias para ação regional, no caso das aglomerações urbanas, constituem elementos estruturadores da ação pública. Sua função básica é promover, no âmbito regional, a articulação setorial das diversas políticas que coincidem com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos por meio de múltiplas escalas. Ou, mais simplesmente, as ações estratégicas vão articular as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Uma das estratégias a serem trabalhadas nas Câmaras Temáticas – criadas pelo Conselho de Desenvolvimento – é a busca da redução das desigualdades regionais, por meio do fomento a novas centralidades, da melhoria da mobilidade, do incremento da cobertura vegetal e da conectividade, com proteção dos corpos d'água.

Áreas de interesse metropolitano

São recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais. Ainda não foram definidas quaisquer Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs). Esta será uma das primeiras tarefas das Câmaras Temáticas. As AIMs estão associadas a projetos específicos e requerem monitoramento constante.



II. Funções Públicas de Interesse Comum – Propostas preliminares

As propostas iniciais que correspondem aos campos funcionais da Lei 1.323/2018 seguem as temáticas trabalhadas no PDUI, descritas a seguir.

- Planejamento territorial e uso do solo – ordenamento territorial
- Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos
- Desenvolvimento econômico/ atendimento social
- Transporte e sistema viário

No caso da AUF, o Conselho de Desenvolvimento tem a atribuição legal de eleger as FPICs que serão objeto do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como se observa no Artigo 11 da Lei 1323, de 22 de maio de 2018.

As ações estratégicas se dão, evidentemente, sobre as macrozonas na articulação das FPICs que, para efeito do PDUI, foram agrupadas nos campos funcionais conforme Quadro 1.

QUADRO 1. Temas e FPICs correspondentes

Áreas temáticas	FPICs da lei da AUF
Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento e uso do solo
	Habitação
Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio ambiente
	Saneamento básico
Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento econômico
	VII. Atendimento social
	VIII. Esportes e lazer
	IX. Turismo
Transporte e Sistema Viário	II - Transporte e sistema viário regional

Planejamento territorial e uso do solo – ordenamento territorial

Gestão do uso do solo metropolitano é a FPIC com maior impacto no bem-estar da população, em especial, a mais vulnerável. É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que reside o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, é essencial a análise e a caracterização da mancha urbana, de seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.

Proposta: Apoio técnico ao desenvolvimento de planos diretores

Muitos municípios, em especial aqueles com menos de 20 mil habitantes, não possuem planos diretores por não se enquadrarem na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). No entanto, ao pertencerem a uma Aglomeração Urbana, o plano diretor é exigido pelo Estatuto da Metrópole. Nesse caso, considera-se que o município pode ter dificuldade técnica para fazer o plano.

Fornecimento de apoio técnico, financiamento ou desenvolvimento direto dos planos diretores dos municípios que apresentarem necessidade ou interesse. O desenvolvimento do plano diretor municipal deverá estar aliado à visão e às diretrizes anunciadas no PDUI da Unidade Regional.

Atividades propostas:

- Disponibilização de apoio institucional para produção do plano.

- Contratação de estudos de apoio aos municípios.
- Treinamento e capacitação de equipe técnica municipal.

Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos

As análises para o meio ambiente, saneamento e recursos hídricos trazem as grandes unidades ambientais, com destaque para áreas de mananciais atuais e futuras, importantes para abastecimento humano de água. As principais bacias hidrográficas que existem nas regiões; a criação e manutenção das unidades de conservação; a integração das redes de água e esgoto; a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e as situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida.

Ainda nesta fase inicial, deverão ser identificados os compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo. Também devem estar presentes as indicações de possíveis conflitos socioambientais.

Proposta: recomposição vegetal de reserva legal

A Unidade Regional possui um nível muito baixo de cobertura vegetal. O Cerrado, principal bioma, é reconhecidamente pressionado pela atividade agrícola e expansão urbana. Esse contexto resulta em fragmentação da cobertura vegetal.

A reserva legal é um instrumento introduzido pelo Código Florestal, seu uso e adequação aos parâmetros legais proporciona aumento da cobertura vegetal na propriedade. Diante disso, com a introdução de uma estrutura de apoio para o aumento da aplicabilidade da Reserva Legal (RL) espera-se melhorar o índice de cobertura vegetal regional, aumento da biodiversidade e maior conectividade entre os fragmentos vegetais.

Atividades propostas:

- Mapeamento e classificação das RLs propondo identificar os locais críticos e potenciais para recomposição vegetal.
- Apoio técnico para adequação da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural.
- Apoio ao proprietário para recomposição da vegetação nativa nas Reservas Legais.
- Criação de metas de reconversão do uso do solo para florestas nas Reservas Legais.
- Criação de premiação para proprietários que atingirem metas de reconversão.
- Educação ambiental.

Proposta: mapeamento de áreas para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural

A Unidade Regional possui poucas unidades de conservação (UCs) o que dificulta uma estratégia de conservação ambiental mais perene. A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um tipo de unidade de conservação de domínio privado.

Proposta: mapear áreas passíveis de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural e incentivar a criação de novas UCs.

Atividades propostas:

- Mapeamento de áreas para possível criação de RPPN.
- Sensibilização dos proprietários e prefeituras quanto à utilização dessa UC.
- Educação ambiental.

Esgotamento sanitário

Proposta: estabelecimento de metas para o tratamento de esgoto

Aumento da demanda por água subterrânea provocado pela contaminação dos corpos d'água superficiais.

- **Proposta 1. Elevar o índice de coleta de esgotos nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.**
- Proposta 2. Elevar os índices de coleta e tratamento de esgoto nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.
- **Proposta 3. Implantação do sistema de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários nas áreas rurais, em especial nos adensamentos populacionais localizados nas proximidades de reservas hídricas ou fontes de água para abastecimento público (superficiais ou subterrâneas).**

- Proposta 4. Elaboração de cadastro completo e atualizado do sistema de esgotamento sanitário em todos os municípios da região.
- Proposta 5: Desenvolver o planejamento para ampliação e modernização de ETEs, prioritariamente daquelas que atingiram ou superaram a capacidade de tratamento e também das que, pela ausência de manutenção, não apresentam eficiência no tratamento.
- Proposta 6: Elaboração de programa de manutenção preventiva na rede de esgotamento sanitário.

Atividades propostas:

- Mapeamento da vulnerabilidade natural à contaminação do SAG deve anteceder qualquer planejamento de implantação de empreendimentos de quaisquer naturezas.
- Redução ou eliminação de lançamento in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos, especialmente daqueles de abrangência regional.

Recursos hídricos

Falta de planejamento municipal para a universalização do saneamento em áreas rurais; cadastros incompletos e desatualizados das redes de água; elevadas perdas no sistema de distribuição de água; dispersão de poluentes, como os fertilizantes, nos corpos d'água, devido à importância da atividade agrícola na região; índices abaixo da meta estabelecida no novo marco do saneamento.

- Proposta 1. Elevar o índice de atendimento de água nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.
- Proposta 2. Elaboração de cadastro completo das redes de distribuição de água em todos os municípios da região.
- Proposta 3. Obrigatoriedade da implantação de programa de redução de perdas em todos os municípios da região.
- Proposta 4. Levantamento e análise de indicadores de qualidade de água, bem como a identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal, em áreas próximas à captação de água para abastecimento público.
- Proposta 5. Desenvolvimento de soluções sustentáveis, com redução do consumo de água, principalmente nas atividades relacionadas ao processamento da cana-de-açúcar.

Atividades propostas:

- Atuar fortemente na governança da questão hídrica.
- Atuar no planejamento e estudos relacionados às soluções sustentáveis para redução do consumo de água, com incorporação de tecnologia.

Resíduos sólidos - Propostas

Inexistência de coleta seletiva ou baixas taxas de cobertura do serviço para a população; inexistência ou número reduzido de consórcios intermunicipais para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; carência de infraestruturas de processamento de RSU; poder público não ter condições de arcar com os custos integrais

da gestão; falta de atualização e sistematização das informações sobre os resíduos sólidos (baixa participação dos municípios em pesquisas SNIS e IGR, por exemplo).

- Proposta 1. Estruturação de serviço de coleta seletiva em municípios que ainda não possuem e planejamento e implantação de sistemas eficientes em municípios que efetuam a coleta..
- Proposta 2. Implantação de usinas de compostagem para reaproveitar a parte úmida dos resíduos.
- Proposta 3. Iniciativas de formação de consórcios intermunicipais para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.
- Proposta 4. Aproveitamento de resíduos e efluentes na produção agrícola, inclusive na geração de energia nas indústrias sucroalcooleiras.
- Proposta 5. Identificação de áreas que atendam grupos de municípios para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos.
- Proposta 6. Cadastro de “grandes geradores” de resíduos, visando à destinação direcionada de material reciclável às cooperativas municipais.
- Proposta 7. Estímulo à efetiva responsabilização dos geradores, por meio da elaboração dos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
- Proposta 8. Cobrança de taxa ou tarifa pelo manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU), conforme determina o novo marco do saneamento, nos municípios que ainda não possuem.
- Proposta 9. Elevação do índice de coleta de resíduos sólidos domiciliares.

- **Proposta 10. Incentivo aos municípios para maior adesão ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e ao Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IGR), entre outros diagnósticos nacionais e estaduais.**
- **Proposta 11. Incentivo à formação de complexos de reciclagem intermunicipais, com a possível integração de cooperativas, para o armazenamento e para a comercialização conjunta dos materiais.**

Atividades propostas:

- Tratar e dispor adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos.
- Incentivar a otimização dos recursos e a redução de custos para a gestão dos resíduos sólidos.
- Atualizar e sistematizar as informações sobre os resíduos sólidos.

Drenagem - Propostas

O levantamento em planta da rede de drenagem e demais informações técnicas relativas às estruturas do sistema não estão cadastradas ou disponíveis para consulta em alguns municípios. Assim, não há informação, por exemplo, sobre a manutenção e a limpeza periódica do sistema de microdrenagem, mas é real a insuficiência ou inadequação dos dispositivos desse sistema. Também não há abordagem específica do tema no Plano Diretor Urbano do município, nem planejamento desse componente, o que representa um

motivo de preocupação com relação à possibilidade da ocorrência no futuro, com impactos negativos na macrodrenagem..

- **Proposta 1. Maior abordagem da drenagem em planos municipais de saneamento básico ou a elaboração de planos diretores municipais de drenagem urbana em municípios com maior complexidade.**
- **Proposta 2. Planos diretores que contemplem regras específicas visando ao controle da permeabilidade do solo e à proteção das áreas ribeirinhas.**
- **Proposta 3. Viabilização de parques lineares ao longo dos cursos hídricos.**
- **Proposta 4. Elaboração de uma base de dados que permita acompanhar a recorrência de eventos críticos e/ou subsidiar decisões em relação aos sistemas de microdrenagem ou macrodrenagem em escala regional.**
- **Proposta 5. Execução periódica de manutenção e limpeza da rede de microdrenagem.**
- **Proposta 6. Aplicação da infraestrutura verde à drenagem urbana.**

Atividades propostas:

- Adoção de medidas não estruturais de drenagem urbana.
- Aumento das áreas verdes e superfícies permeáveis nos meios urbano e rural.
- Proteção e recuperação do leito maior dos rios. (P3; P5)
- Atenuação das erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talvegues (fundo de vale).

Matriz energética - Propostas

Emissões significativas de gases de efeito estufa; setor sucroalcooleiro possui grande potencial para a produção de biogás; consumo de derivados de petróleo na região é alta, em comparação ao Estado de São Paulo (principal fonte de emissão de gases de efeito estufa); dependência da importação de energia elétrica pelo Estado de São Paulo.

- Proposta 1. Iniciativas que privilegiem a cogeração de energia no setor sucroalcooleiro.
- Proposta 2. Incentivos ao aproveitamento do potencial do setor sucroalcooleiro na geração de biogás.
- Proposta 3. Prioridade para programas, contratos e autorizações para o transporte público que considerem a redução progressiva no uso de combustíveis fósseis (proposta contida no Plano Paulista de Energia-2020).
- Proposta 4. Captação/queima do biogás de aterros para diminuir as emissões diretas do gás metano para a atmosfera.
- Proposta 5. Comprovação de viabilidade de atendimento energético como requisito para autorização de empreendimentos de grande porte (proposta contida no Plano Paulista de Energia - 2020).
- Proposta 6. Disseminação de conceitos e orientações sobre o uso racional da energia elétrica em órgãos públicos e para a população.
- Proposta 7. Introdução de requisitos de eficiência energética nos códigos de obras (proposta contida no Plano Paulista de Energia 2020).

- Proposta 8. Inserção de frota movida a combustíveis renováveis (etanol, eletricidade, biodiesel etc.) na frota da região (proposta contida no Plano Paulista de Energia 2020).

Atividades propostas:

- Estabelecer programas de incentivo e buscar uma governança mais próxima do setor energético.

Desenvolvimento econômico e atendimento social

Desenvolvimento econômico, temática em que as análises priorizam a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais entraves ao desenvolvimento econômico e à competitividade das URs.

Proposta: fortalecimento da identidade regional

A AUF, pela recente criação, ainda não é percebida como Unidade Regional. Esse reconhecimento é importante do ponto de vista do planejamento, pois a falta de identidade pode dificultar o compartilhamento de atividades entre os municípios.

- Criação de programa de conscientização sobre a identidade regional.

Atividades propostas:

- Criação de campanha de conscientização.
- Capacitação dos municípios participantes.
- Produção de material publicitário sobre a Unidade Regional.

Proposta: melhor distribuição de investimentos e oportunidades pelo território.

As desigualdades regionais e a grande concentração da atividade econômica e oferta de serviços no município-sede são reforçadas pela concentração dos investimentos públicos nestes municípios, sejam eles de infraestrutura ou de oferta de serviços à população.

Proposta: descentralização dos futuros investimentos, notadamente aqueles com potencial para a indução do desenvolvimento regional.

Atividades propostas:

- Mapeamento regional das lacunas de infraestrutura e serviços nos municípios da região.
- Maior distribuição do investimento público estatal e das concessionárias pelos municípios da região.

Proposta: fortalecimento da base econômica, desconcentração da oferta de emprego e renda no município-polo e aumento da mão de obra qualificada.

As especificidades da economia regional nem sempre têm as suas demandas de mão de obra atendidas pelas redes de ensino técnico e superior instaladas, nem sua cobertura geográfica atende de forma equânime as populações da unidade.

Atividades propostas:

1. Incentivo ao crescimento das atividades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento de energias renováveis.

- Apoio ao adensamento da cadeia produtiva ligada à ampliação das fontes renováveis na matriz energética, como fornecedores de equipamentos e peças, escritórios de engenharia de projetos, prestadores de serviços de instalação, além de instituições de pesquisa na área de energia limpa e renovável.
- Articulação para a estruturação de empréstimos destinados a impulsionar a cogeração elétrica a partir do bagaço e da palha da cana, bem como de outros insumos como o biogás oriundo de vinhaça, aterros sanitários, etc.
- Estímulo à adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação com centros internacionais destinados à pesquisa em energias renováveis.

2. Incentivo à economia de baixo carbono.

- Articulação institucional para abertura de linha de crédito pela DesenvolveSP para financiamento aos pequenos e médios empreendedores de todos os municípios da região que possuam operações vinculadas a atividades de baixa emissão de carbono.

- Articulação, em parceria com universidades e empresas locais, de projetos de inovação tecnológica voltados a soluções sustentáveis, tais como geração de energia sustentável.

3. Qualificação de mão de obra.

- Estímulo ao aumento da oferta de cursos de formação técnica e superior em toda a região, com descentralização da oferta de vagas, de acordo com as demandas da economia local e das áreas onde se pretende induzir o desenvolvimento.
- Articulação com o Centro Paula Souza para oferta de cursos customizados e adequados às demandas das regiões, por meio das Fatecs e Etecs.
- Apoio para oferta de bolsas de estudos para população de baixa renda.
- Incentivos para criação de cursos à distância (EAD) relacionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação.
- Articulação com concessionárias para mapeamento da necessidade e futura instalação de banda larga em locais rurais e mais remotos.
- Potencialização da universidade pública local como agente de atração de iniciativas econômicas inovadoras, por meio da sinergia universidade-empresa, para desenvolver novas tecnologias e novas atividades econômicas.

Proposta: programas de desenvolvimento agrícola voltados para cooperativas e pequenas propriedades.

Ações que visem a melhorar a produtividade e a renda das pequenas propriedades agrícolas podem esbarrar em problemas de gestão, inclusive nas cooperativas em que estejam associadas.

Atividades propostas:

- Programas de formação voltados à gestão das propriedades e cooperativas.
- Oferta de apoio técnico, burocrático e de suporte à gestão das pequenas propriedades agrícolas.
- Programas voltados ao aumento da produtividade, agregação de valor e melhor uso dos recursos naturais.
- Programas e ações por parte dos municípios para comercialização e promoção da produção local.

Proposta: elaboração do Plano de Turismo Ecológico da Aglomeração Urbana de Franca.

Dados sobre a região mostram baixa integração turística entre os municípios. Poucas cidades possuem plano diretor de turismo, ou outros documentos que visem à organização logística do turismo municipal, apontando baixa identificação dos municípios enquanto aglomeração urbana. Além disso, os levantamentos feitos para o PDUI identificaram baixos índices de cobertura vegetal na região.

- Com a proposta de criação de um plano de turismo regional com foco no turismo ecológico, histórico e cultural, incorporando os conceitos do Turismo de Base Comunitária (TBC), objetiva-se: incentivar o turismo como formação de

renda; impulsionar a economia regional; melhorar a qualidade de vida da população regional e promover a identificação dos municípios como parte da Aglomeração Urbana de Franca. Além disso, incentivar o aumento da cobertura vegetal por meio de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e a proteção dos patrimônios históricos e culturais da região.

Atividades propostas:

- Apoio e incentivo às prefeituras na elaboração de planos diretores de turismo.
- Levantamento dos potenciais turísticos dos municípios, com foco nos atrativos ambientais e histórico-culturais, criação de inventário dos patrimônios históricos e culturais, materiais e imateriais reconhecidos ou em processo de reconhecimentos pelos órgãos competentes.
- Criação de um calendário regional de festas, eventos e manifestações culturais nos municípios.
- Elaboração de campanhas que destaquem os atrativos turísticos da região, a fim de sensibilizar a sociedade civil.
- Conscientização dos setores público e privado da possibilidade de geração de renda com um plano de turismo ecológico regional.
- Incentivo a empreendimentos e ações baseados nos princípios do Turismo de Base Comunitária (conservação da sociobiodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum e transparência, partilha e dinamismo cultural, atividade complementar, educação e continuidade). Garantindo assim uma

postura sustentável em relação ao meio ambiente e a população local.

- Capacitação da população local para suprir a demanda por mão de obra qualificada.
- Criação de plano regulamentador da rede de infraestrutura, acesso e suporte necessários à implementação das atividades turísticas.
- Elaboração de estudo sobre as fragilidades geológicas e paisagísticas das áreas de interesse turístico, visando ao ordenamento da atividade na região.

Transporte e sistema viário

São aqui consideradas as condições de provimento e eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional, tendo em vista o transporte público, o transporte de cargas e as interdependências viárias nas áreas conurbadas.

Proposta: pesquisa origem-destino

A Aglomeração Urbana de Franca conta com poucas informações qualificadas acerca do comportamento da população da região para realizar as suas demandas de deslocamento por motivos de trabalho, estudo, acesso a serviços, entre outras atividades que impactam na mobilidade das pessoas. A ausência de dados sobre o tema dificulta um planejamento integrado para a oferta e melhoria dos serviços de transporte público na região. Pode ser um problema mais de gestão do que de infraestrutura.

- Elaboração de pesquisa origem e destino nos municípios que integram a AUF, numa parceria do governo estadual com os municípios para financiar e dar apoio técnico à pesquisa.

Atividades propostas:

- Buscar articulação interfederativa para prover recursos e financiamento da pesquisa.
- Planejamento e contratação do estudo.
- Avaliação dos resultados da pesquisa para promover melhorias e ajustes na organização da mobilidade e logística regional

Proposta: implementação de bilhetagem única no transporte municipal e intermunicipal.

De acordo com o IBGE, o “Arranjo Populacional de Franca” se constitui pela considerável integração urbano-regional de seis municípios paulistas: Cristais Paulista, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Restinga, Ribeirão Corrente e Franca, este último como centralidade urbana de referência para os demais. Ainda faz parte desse arranjo o município de Claraval, localizado em Minas Gerais. Considerando essa situação, é esperado que no dia a dia haja um deslocamento da população dessas cidades por motivos de trabalho e estudo em direção à cidade de Franca, situação em que o transporte público dessas localidades tende a dar vazão a parte dessa demanda.

Contudo, aparentemente, inexistente nessa unidade territorial uma padronização dos sistemas de cobrança no transporte coletivo municipal e intermunicipal, em que cada município adota um sistema

próprio de bilhetagem – como é o caso da cidade de Franca com o Passe Fácil –, o que pode encarecer o preço da passagem e dificultar a vida do passageiro que precisa pegar mais de um ônibus para chegar ao destino.

- Unificação e padronização do sistema de bilhetagem dos municípios a fim de facilitar a cobrança tarifária entre empresas e modais de transportes diferentes. Visa, ainda, a oferecer incentivos à população para o uso do transporte público coletivo, com o pagamento de um preço único para o uso de um determinado número de ônibus e num dado intervalo de tempo dentro do território considerado.

Ações propostas:

- Criação de entidade supramunicipal para implementar e gerir o sistema integrado de bilhetagem.
- Financiamento e apoio técnico dos governos estadual e municipais para viabilizar o sistema.
- Escolha e adoção de solução tecnológica adequada.
- Subsídios públicos para redução do custo total das passagens.

Proposta: suporte à elaboração dos planos diretores de transporte e mobilidade.

De acordo com a Lei da Mobilidade Urbana (nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012), todos os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a elaborar os seus respectivos Planos Diretores de Mobilidade Urbana, sob pena de não conseguirem acesso a financiamento

de obras e estudos via governo federal. Isso vale para os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. A lei ainda prevê que esses planos estejam em consonância com os planos diretores municipais e com os planos de desenvolvimento urbano integrado para os municípios que integrarem unidades regionais urbanas e metropolitanas. Contudo, muitos municípios possuem dificuldades técnicas ou mesmo econômicas para conduzirem esse tipo de estudo, o que pode impactar sua capacidade de promover melhorias para a mobilidade urbana da população.

- Apoio técnico aos municípios que porventura tenham dificuldades para realizar os seus respectivos planos de mobilidade urbana, de acordo com o prazo final estipulado pelo governo federal.

Atividades propostas:

- Articulação interfederativa para promover esforço conjunto na elaboração desses planos nos municípios que ainda não o fizeram.
- Conscientização da importância de se elaborar esses planos.
- Avaliação dos resultados desses planos para orientar melhorias no sistema viário, no serviço de transporte coletivo, na segurança viária para pedestres, pessoas com mobilidade reduzida e ciclistas.

Proposta: incentivo ao aproveitamento do potencial logístico do eixo rodoferroviário da Anhanguera – AUF

Apesar da presença de ativos logísticos importantes na Aglomeração Urbana de Franca (oleoduto, etanolduto, ferrovia e rodovia nacional), há pouca interação da economia da região para aproveitar as facilidades que tais ativos podem oferecer, tornando-a mais diversificada e competitiva.

Todos esses ativos estão situados próximos ao traçado da rodovia Anhanguera, e quando considerados em seu conjunto, formam um eixo territorial com potencial logístico, mas que aparentemente é subaproveitado.

- Promover incentivos econômicos para desenvolver projetos na área industrial, agroindustrial e logística nas glebas de terras situadas na área de influência do eixo da rodovia Anhanguera, tendo por objetivo aproveitar o potencial logístico da área.

Atividades propostas:

- Elaborar estudos para avaliar o potencial de uso desses ativos na economia regional.
- Pensar em estratégias econômicas e fiscais para atrair interessados no aproveitamento dessas áreas.

Equipe técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiá e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda – coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Carlos Guena
Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro